

## **Espaços educativos como medida de recuperação do espaço público**

*Educational spaces as a recovery measure of the public space*

*Espacios educativos como medida de recuperación del espacio público*

**Maria Fernanda Serrano Sartori**

Mestranda, PPGARQ UNESP/ Campus Bauru  
fernandassartori@gmail.com

**Norma Regina Truppel Constantino**

Doutora em Arquitetura e Urbanismo, Professora  
assistente Doutora da UNESP/ Campus Bauru  
norma.rt.constantino@unesp.br



#### RESUMO

O presente artigo tem o propósito de investigar e analisar a utilização cada vez menos frequente do espaço público, levando a população a espaços de convivência interiorizados, como os condomínios fechados. Assim, são abordadas questões como o consumismo, o medo, a falta de identidade e memória e a ausência de experiências sensoriais no espaço público como fatores que contribuem para esse afastamento. Além disso, os espaços educativos e lúdicos aparecem como possibilidade de aproximação da população com as áreas públicas urbanas e o caso de Rosário, como Cidade Educadora, oferece práticas possíveis para a recuperação do espaço público, através de programas colaborativos que incluem a população, considerando suas opiniões no sentido de restabelecer os significados desses espaços.

**PALAVRAS-CHAVE:** Espaço público. Experiência sensorial. Cidades Educadoras.

#### ABSTRACT

The purpose of this article is to point out that the use of the public space is decreasing, leading the population to internalized social spaces and closed condominiums. Furthermore, issues such as consumerism, fear, lack of identity and memory, and lack of sensory experiences in the public space are addressed as contributing factors. In addition to this, educational and recreational spaces appear as a way of reconnecting the population with urban public areas and the case of Rosario as an Educating City offers possible practices for the recovery of public space, through collaborative programs that include the population, consider their opinions and give new meanings to these spaces.

**KEYWORDS:** Public space. Sensory experiences. Educating Cities.

#### RESUMEN

El presente artículo tiene el propósito de puntuar la utilización cada vez menos frecuente del espacio público, llevando a la población a espacios de convivencia interiorizados ya los condominios cerrados. Así, se abordan cuestiones como consumismo, miedo, la falta de identidad y memoria y ausencia de experiencias sensoriales en el espacio público como factores que contribuyen a ese alejamiento. Además, los espacios educativos y lúdicos aparecen como posibilidad de acercamiento de la población con las áreas públicas urbanas y el caso de Rosario como Ciudad Educadora ofrece prácticas posibles para la recuperación del espacio público, a través de programas colaborativos que incluyen la población, consideran sus opiniones y dan nuevos significados a esos espacios.

**PALABRAS-CLAVE:** Espacio público. Experiencia sensorial. Ciudades Educadoras.

## INTRODUÇÃO

O abandono do espaço público é uma questão atual que afeta diretamente a paisagem urbana. Além disso, por darem suporte à vida em comum, a falta de cuidado e uso desses espaços influenciam a dinâmica das cidades e a convivência entre os cidadãos, uma vez que também são os principais locais de reprodução da vida coletiva e social.

As diversas causas que fazem os espaços públicos estarem menos presentes no cotidiano das pessoas devem ser investigadas e compreendidas, a fim de se evitar uma busca excessiva pelos espaços privados, interiorizados e cercados, voltados para os interesses individuais em sua grande maioria.

Dessa forma, busca-se apontar maneiras de reaproximar a população das áreas públicas e comuns da cidade. Para auxílio no entendimento dessa situação, foi desenvolvida pesquisa teórica e de conceitos acerca do espaço público e das relações que pode desenvolver com seus usuários.

Também foi realizado estudo de caso, buscando colher informações sobre práticas adotadas por cidades que conseguiram restabelecer a identidade do espaço público e, conseqüentemente, o uso dos mesmos. Chegou-se, então, ao conceito das Cidades Educadoras, as quais procuram promover renovações a partir de espaços educativos, altamente participativos. O caso específico da cidade de Rosário, na Argentina, mostra que é possível valorizar novamente o espaço público quando se investe em ambientes lúdicos, levando em consideração os interesses locais.

## ESPAÇOS INTERIORIZADOS E AUSÊNCIA DE SIGNIFICADO E USO DO ESPAÇO PÚBLICO

É inegável a atuação da lógica do consumo na cidade contemporânea, onde os projetos estabelecem cada vez menos diálogo e conexão com a malha urbana e a população usufrui de ambientes fechados, tais como os Shoppings Centers e hipermercados, considerados como seus principais pontos de convívio. Tal situação é evidenciada por Dias (2005), ao afirmar que as praças, largos e ruas foram trazidos para os espaços interiorizados, onde tudo é controlado e ocorre consumo de mercadorias, serviços, artes e cultura, o que contribui para a ênfase ao trato dos ambientes internos em detrimento do espaço urbano construído.

Além disso, pode-se destacar o crescente número de pessoas que estão buscando os condomínios murados, afastados do caos urbano e da falta de segurança das ruas e do espaço público. No entanto, Whitaker (2011) adverte que a possibilidade de encontrar espaços públicos de qualidade é aniquilada a medida que a lógica das construções muradas produz uma malha urbana segmentada e pouco fluida. Também nesse contexto, Pronin (2007) ao discorrer sobre a questão, conclui que:

No meio urbano construído, o crescente isolamento dos espaços interiorizados privados e semi públicos acarreta um prejuízo ao restante do

espaço urbano – público e acessível a todos. A separação por muros e outros recursos de proteção reforça essa divisão e promove maior segregação social. O abandono e a deterioração do espaço público exterior, aberto e democrático, comprometem a qualidade do meio urbano como um todo e, como consequência, a qualidade de vida do cidadão. (PRONIN, 2007, p.76)

Apesar do problema da segurança existir e do fato dos espaços públicos serem muitas vezes utilizados de forma inadequada, o que torna a população indiferente ou temerosa em relação aos mesmos, Jacobs (1998, p.34) afirma que é inútil tentar esquivar-se da questão da insegurança urbana tentando tornar mais seguros outros elementos da localidade, como pátios internos ou áreas de recreação cercada.

Pode-se dizer, então, que um dos motivos para essa situação de afastamento das áreas públicas é o medo e a sensação de insegurança. Para Tuan (2005), toda construção humana, mental ou material, é um componente na paisagem do medo para controlar o caos, sendo que o crescimento urbano desordenado é visto como uma selva, no entanto a maior ameaça são as outras pessoas. Dessa forma, certos bairros ou locais na cidade, geralmente públicos, são evitados por conta dos indivíduos que os utilizam ou habitam, acentuando a falta de interação entre a população.

Logo, é certo que o consumismo e o medo beneficiam o mercado imobiliário, gerando um ciclo vicioso entre a falta de uso do espaço público e a fuga para os locais fechados e “seguros”. No entanto, outras questões colaboram para a lógica atual, sendo ligadas à ausência da sensação de pertencimento, memória e identidade por parte dos cidadãos: fica mais fácil estabelecer as regras do mercado quando as pessoas não experimentam o espaço público, não estabelecem relações e sentem-se distantes dele.

Nesse sentido, Pallasmaa (2011) entende que cidade existe por meio da experiência corporal, a partir dos sentidos e da interação com o ambiente. Somado a isso, Guisellini (1982, p.32) complementa que o espaço se estrutura, a princípio, em referência ao próprio corpo e se organiza através dos dados proporcionados pelo esquema corporal e pela experiência pessoal. Assim sendo, o fato das pessoas não frequentarem ou utilizarem as áreas públicas das cidades afeta as suas experiências sensoriais, as quais produzem associações e memórias afetivas, interferindo diretamente na manutenção e existência desses lugares.

A arquitetura é, em última análise, uma extensão da natureza na esfera antropogênica, fornecendo as bases para a percepção e o horizonte da experimentação e compreensão do mundo. Ela não é um artefato isolado e independente: ela direciona nossa atenção e experiência existencial para horizontes mais amplos. A arquitetura também dá uma estrutura conceitual e material às instituições societárias, bem como às condições da vida cotidiana [...]. Toda experiência comovente com a arquitetura é multissensorial. [...] A arquitetura reforça a experiência existencial, nossa sensação de pertencer ao mundo, e essa é essencialmente uma experiência de reforço da identidade pessoal [...]. (PALLASMAA, 2011, p.39)

Dessa forma, fica evidenciado que a compreensão dos espaços públicos está diretamente ligada à experimentação e uso dos mesmos. Leite (1998, p.7) complementa que o uso decodifica o projeto, conferindo identidade ao lugar. A identidade é, simultaneamente, uma questão de projeto e uso, de código e interpretação.

Além disso, é possível reconhecer a ausência de transformação do que se vê em um sistema invisível de referências culturais que permitem a construção e reconstrução de um lugar como mais um fator para a falta de significado, e consequentemente de cuidado e uso do espaço público. Esse tema também é abordado por Leite (1998):

A incapacidade de entender e reproduzir um contexto é, portanto, uma ruptura no processo cultural de construção da paisagem, que faz desaparecer a atenção ao circundante, ponto de partida para o registro de sensações que, posteriormente, serão interpretadas, traduzidas e deslocadas, criando novos lugares e assegurando a transmissão, às futuras gerações, de práticas e valores sociais. (LEITE, 1998, p.5)

Tal ruptura é acentuada pelo fato do poder público tratar o espaço público como uma operação padrão e burocrática, sem considerar as características culturais e simbólicas da área nem o cotidiano das pessoas que lá frequentam ou habitam, resultando em um espaço de difícil de ser compreendido.

A disseminação de regulamentos, leis de zoneamento, códigos de obras, destinados a assegurar o controle sobre a produção desse tipo de espaço público, criminalizam qualquer intervenção dos moradores sobre seus lugares, até cancelar todas as suas habilidades, memórias e iniciativas no sentido de marcá-lo, reduzindo a vida quotidiana ao privado, pela excessiva ordenação do público. (LEITE, 1998, p.12)

Toda essa situação abordada provoca questionamentos, no sentido de se procurar por uma maneira de requalificar o espaço público de forma eficiente, estabelecendo laços mais profundos com a população e contribuindo para a formação de sentido e identidade, incentivados pelas experiências sensoriais que ocorrem em decorrência do uso desses espaços.

### **ESPAÇOS EDUCATIVOS COMO MEDIDA DE RECUPERAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO E O CASO DE ROSÁRIO COMO CIDADE EDUCADORA**

Para Pallasmaa (2011), há um diálogo constante entre o corpo e o ambiente a partir dos sentidos, sendo essa experiência sensorial a forma com que se organiza e experimenta o mundo, criando memórias e identidades. No entanto, esse processo é ainda mais intenso no início da vida.

A inteligência da criança pode, então, ser dramaticamente afetada por essa “troca” com o ambiente, especialmente nos primeiros anos da infância, e essa confrontação espacial deverá contribuir com seu processo de aprendizagem,

respondendo às suas necessidades de desenvolvimento – físico-motor, socioemocional e intelectual. Para conhecer um objeto e aprender suas propriedades, a criança manipula-o mediante a experiência- tocando, vendo, sacudindo, enfim, agindo sobre o mesmo -, mas para conhecer o espaço, é preciso que a criança movimente-se dentro dele, apropriando-se e tomando consciência das relações que ali se estabelecem [...]. (AZEVEDO; BASTOS, 2002, p.155)

Assim, espaços públicos convidativos às crianças e ao uso dos sentidos desde a infância podem ser uma medida para resgatar a afetividade por essas áreas urbanas. Porém, Sorrigotto e Constantino (2010) alertam que áreas públicas que consideram as necessidades do imaginário e da experiência sensorial infantil e que estabelecem relações criativas e naturais de convívio com outras crianças e com o próprio espaço estão cada vez mais escassas na malha urbana.

[...] os projetos de espaços lúdicos e equipamentos de brincar têm evoluído bastante, mas nos espaços públicos atuais falta um convite à brincadeira, à fantasia e à participação coletiva. As praças e os parques, na sua maioria, não possuem identidade própria. Os brinquedos apresentam formas rígidas e estereotipadas que não estimulam a curiosidade e a imaginação infantil (SORRIGOTTO; CONSTANTINO, 2010, p.4)

Para mudar essa realidade, deve-se investir na qualidade espaços lúdicos e educativos. Azevedo e Bastos (2002) comentam que a efetividade desses espaços depende da manipulação de algumas características que afetam a imaginação das crianças, tais como cores, texturas e escalas, deixando o espaço mais convidativo e acolhedor, menos rígido. Enfatiza-se, então, que seja levada em consideração a interação usuário-ambiente, a fim de se criar uma relação mais bem compreendida e apropriada pelos indivíduos que utilizam essas áreas, propiciando uma experiência sensorial qualitativa.

Nesse contexto, as Cidades Educadoras aparecem como uma boa referência de locais mais participativos, com especial destaque para a criação de mecanismos que permitem às crianças e adolescentes vivenciarem plenamente sua cidadania. Segundo Marques e Moreira (2009), esse conceito de cidade foi criado e é orientado a partir da Carta das Cidades Educadoras, expressa na declaração de Barcelona de 1990, ratificada em 1994.

Nos seus princípios gerais, a Carta expressa univocamente o compromisso das cidades que a subscrevem no sentido de se assumirem não somente como meios educativos, mas também e sobretudo como principais agentes/ sujeitos activos e dinamizadores de políticas que, numa perspectiva educativa, proporcionam melhores condições de vida aos seus habitantes. (MARQUES; MOREIRA, 2009, p.1756)

Um interessante caso de Cidade Educadora de sucesso é o do município de Rosário, na Argentina, cujo governo reorganizou a malha urbana e reconheceu como formativos os espaços públicos, segundo Dietrich (2005).

Uma das ações tomadas por essa cidade argentina foi o chamado “Triptico de la Infancia”, conectando três espaços públicos antes subutilizados para promover a convivência entre adultos e crianças. O projeto recuperou o patrimônio histórico de uma antiga estação ferroviária através um programa envolvendo tecnologia e artes a partir de jogos e brincadeiras, ilustrado pela figura 1, além de transformar um antigo ferro velho em um espaço integral de ecologia social e criar um parque lúdico onde funcionava o zoológico da cidade, como mostra a figura 2. Assim, comenta Dietrich (2005), esses locais foram transformados através do uso, recebendo novos sentidos.

**Figura 1: Recuperação de uma estação ferroviária em Rosário através do programa “Triptico de la Infancia”**



Fonte: Site Mapa de Niños. <sup>1</sup>

**Figura 2: Parque Lúdico do programa “Triptico de la Infancia”**



Fonte: Site Mapa de Niños. <sup>2</sup>

<sup>1</sup> Disponível em: <<http://www.mapadeninos.com.ar/noticias/noticiamuestra.asp?Id=235>>. Acesso em: 17 mai. 2018.

<sup>2</sup> Disponível em: <<http://www.mapadeninos.com.ar/noticias/noticiamuestra.asp?Id=235>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

Outro feito foi dar voz aos jovens e crianças através do Conselho das Crianças e Congresso de los Chicos. Trata-se de um modelo participativo em que a população infanto-juvenil é convidada a sugerir ideias para o poder público sobre o que querem que seja feito e que ocorra na cidade. Conforme as palavras de Azevedo e Bastos (2002, p. 156), o envolvimento dos usuários no processo de decisão constitui a única forma de garantir que suas necessidades e seus valores sejam levados em consideração, o que revela a eficiência dessa medida, uma vez que a população passa a se sentir mais responsável pela cidadania.

Além disso, pode-se citar o Programa de Arquitetura Urbana Verde. A partir dele, conseguiu-se criar uma fonte alternativa de renda para a parte mais pobre da população através de hortas comunitárias na periferia de Rosário, em terrenos abandonados ou da prefeitura, como ilustra a figura 3. Técnicas de plantio foram ensinadas aos participantes e a visibilidade do projeto facilitou a regularização de terrenos abandonados como locais para as “hortas urbanas”. Segundo Reker (2015), atividades que capacitam os cidadãos para a ação, para serem agentes do espaço público e não observadores ou consumidores passivos, representam uma transformação da relação entre o cidadão e o espaço público.

**Figura 3: Programa de Arquitetura Urbana Verde**



Fonte: Site do Programa Cidades Sustentáveis. <sup>3</sup>

Nesse sentido, Reker (2015) ainda declara que espaços que possibilitam a transformação e a plantação trazem a sensação de responsabilidade àqueles que cuidam, fazendo com que o espaço público deixe de ser um espaço de ninguém para se tornar um espaço de todos. A cidade de Rosário revela, então, exemplos de como deixar o espaço urbano aos cuidados de seus habitantes pode proporcionar uma experiência sensível de comprometimento e apreciação

<sup>3</sup> Disponível em: <<https://www.cidadessustentaveis.org.br/boaspraticas/programa-de-agricultura-urbana-verde-0>>. Acesso em: 17 mai. 2018



da cidade. Tais métodos deixam evidente o esforço para conectar a população de volta às áreas públicas urbanas. Através da criação de novos significados e memórias, encontra-se lugar para a sensação de pertencimento e cuidado com os espaços públicos, a partir de espaços lúdicos e educativos, programas participativos e da transformação dos moradores em interventores ativos.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Pode-se perceber uma série de fatores para o abandono do espaço público, intimamente ligados a impossibilidade de compreensão dos significados presentes na paisagem por parte da população, a qual também não se sente pertencente às áreas públicas da cidade pelo fato de não as utilizar e de não desenvolver experiências sensoriais capazes de produzir sentido. Esse cenário facilita a lógica do mercado imobiliário, que se baseia no consumo e tira proveito da sensação de medo que os espaços públicos não frequentados provocam.

Essa é uma questão a ser cuidada, uma vez que interfere de forma preocupante na paisagem das cidades, cada vez mais envoltas de muros e ocupadas por espaços de consumo interiorizados, em detrimento do espaço público.

O poder público também contribui para o agravamento da situação ao apoiar-se em uma visão padronizada e monofuncional para as áreas públicas urbanas, anulando os valores e necessidades das comunidades que fazem parte do cotidiano desses espaços e dificultando a compreensão dos significados presentes por não terem sido construídos a partir de um processo cultural de qualificação da paisagem.

Como elemento conclusivo, fica evidenciado a importância de um programa com a participação dos usuários do espaço público, pois tem o poder de fazer com que as pessoas se sintam responsáveis por esses espaços, ao identificarem as partes que lhe pertencem de alguma forma. Além disso, o investimento em espaços lúdicos e educativos na cidade também aparece como uma boa solução no sentido de estimular experiências multissensoriais desde a infância, auxiliando na construção da memória e da identidade do espaço público, a fim de que volte a ser utilizado para que possa ser cuidado e para que faça parte do dia a dia da população.

Por fim, a cidade de Rosário aparece como estudo de caso e referência de Cidade Educadora. Esse conceito está relacionado à transformação das cidades em territórios educativos, tornando-as mais justas e incentivando a convivência, solidariedade, igualdade de oportunidades e integração social. Assim, a cidade argentina procura executar ações baseadas na reutilização de espaços ligados à memória da população e no incentivo à participação de crianças e jovens nas decisões da cidade, práticas que se mostraram eficientes na recuperação do espaço público.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Giselle A. N.; BASTOS, Leopoldo Eurico. **Qualidade de Vida nas escolas: produção de uma arquitetura fundamentada na interação usuário-ambiente.** In DEL RIO, V. DUARTE, C., RHEINGANTZ, P. A (orgs). Projeto do lugar: colaboração entre psicologia, arquitetura e urbanismo. Coleção PROARQ, Contra Capa, Rio de Janeiro, 2002.

DIAS, Fabiano. **O desafio do espaço público nas cidades do século XXI.** Arquitextos, São Paulo, ano 06, n. 061.05, Vitruvius, jun. 2005. ISSN 1809-6298. Disponível em <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/06.061/453>>. Acesso em 22 out, 2013.

DIETRICH, Júlia. **Municipalidade de Rosário apresenta práticas para uma cidade educadora.** 11 Jun. 2015. Disponível em: <<http://educacaointegral.org.br/reportagens/municipalidade-de-rosarioapresenta-praticas-para-uma-cidade-educadora/>>. Acesso em: 25 Apr.2018.

GUISELINI, Mauro Antônio. **Educação Física na Pré-escola.** Rio de Janeiro: SEED/MEC, 1982.

JACOBS, Jane. **Morte e Vida das Grandes Cidades.** São Paulo: Edusp, 1998.

LEITE, Maria Angela Faggin Pereira. **Projeto e uso dos espaços públicos, o código e a interpretação.** In: OLIVERIRA, A.C.; FETRINE, Y. *Visualidade, urbanidade, intertextualidade.* São Paulo: Hacker, 1998. p.65-75.

MARQUES, Ana Paula; MOREIRA, Rita. **Cidades Educadoras: Transferibilidade de Boas Práticas para os municípios do Eixo Atlântico.** Braga: Atas do X Congresso Internacional Galego-Português de Psicopedagogia, 2009, p. 1754-1768.

PALLASMAA, Juhani. **Os olhos da pele: a arquitetura e os sentidos.** Porto Alegre: Bookman, 2011.

PRONIN, Maria. **A globalização e o ambiente construído na metrópole de São Paulo.** Pós. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP, São Paulo, n. 21, p. 70-82, jun 2007. ISSN 2317-2762. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/posfau/article/view/43508>>. Acesso em: 07 apr. 2014.

REKER, Moirika. **O jardim como ideia de contemplação e espaço público.** In: AFONSO, F.; MARQUES, U.; SANTOS, L.R. (org.). *Filosofia & Atualidade: Problemas, Métodos, Linguagens.* Lisboa: CFUL, 2015. p.215-226.

SORRIGOTTO, Rafael Escrivão; CONSTANTINO, Norma Regina Truppel. **Espaços livres na escola.** Revista Ciência em Extensão, [S.l.], v. 6, n. 2, p. 01-09, dez. 2010. ISSN 16794605. Disponível em: <[http://ojs.unesp.br/index.php/revista\\_proex/article/view/457](http://ojs.unesp.br/index.php/revista_proex/article/view/457)>. Acesso em: 14 mai. 2018.

TUAN, Yi-Fu. **Paisagens do Medo.** São Paulo: Editora da Unesp, 2005.

WHITAKER, João Sette. **Perspectivas e desafios para o jovem arquiteto no Brasil. Qual o papel da profissão?** Arquitextos, São Paulo, ano 12, n. 133.07, Vitruvius, jul. 2011. ISSN 1809-6298. Disponível em <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.133/3950>>. Acesso em 20 mar, 2014.